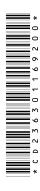
Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e outras providências, para estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, com o objetivo de estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais, proteger os mananciais e o lençol freático, contribuir para a descontaminação da água utilizada pelas comunidades rurais e diminuir sua exposição a doenças associadas.
- **Art. 2º** A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:
 - "Art. 5°
 - § 1º O poder público estimulará a implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais, inclusive por meio da implantação de fossas sépticas biodigestoras e jardins filtrantes.
 - § 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se:
 - I fossa séptica biodigestora: estrutura de esgotamento sanitário própria para o tratamento de dejetos humanos por meio da biodigestão;
 - II jardim filtrante: estrutura de tratamento de águas cinza efluentes provenientes de pias, tanques, chuveiros e assemelhados –, desde que não contenham dejetos humanos.
 - § 3º A implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais servirá para o cômputo das metas de universalização a que se refere o art. 11-B desta Lei." (NR)

"Art. 19.	 	 	 	 	 	

- § 10. Os planos de saneamento básico deverão conter ações de estímulo à implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais, inclusive por meio de fossas sépticas biodigestoras e jardins filtrantes, e deverão prever medidas destinadas a:
- I promover ações educativas de conscientização da população rural sobre a importância do tratamento adequado do esgoto doméstico para a proteção de mananciais, tanto superficiais como subterrâneos;
- II disponibilizar informações sobre a prevenção de doenças decorrentes da contaminação dos solos e dos mananciais;



III – orientar a população rural sobre a instalação, a utilização e a manutenção de fossas sépticas biodigestoras e jardins filtrantes, além de garantir acompanhamento permanente e assistência técnica às propriedades rurais em que estejam instalados esses equipamentos." (NR)

"Art. 52.

[III – contemplar programa específico para ações de saneamento básico em áreas rurais, inclusive com ações de estímulo à implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário;

[NR]

Senador Rodrigo Pacheco Presidente do Senado Federal

